

KETNA MAYARA DE FRANÇA CRUZ E MARCELA DIMENSTEIN

Condições de vida e tipologia das moradias na Comunidade do Porto do Moinho em Bayeux – PB

*Living conditions and housing typology in the Community of Porto do Moinho in
Bayeux – PB*

*Condiciones de vida y tipología de vivienda en la Comunidad de Porto do Moinho
en Bayeux – PB*

Ketna Mayara de França Cruz

Arquiteta e urbanista graduada pelo Centro Universitário do João Pessoa - UNIPÊ (2022).

Architect and urbanist graduated from the University Center of João Pessoa - UNIPÊ (2022).

Arquitecta y urbanista, se graduó en Centro Universitario de João Pessoa - UNIPÊ (2022).

ketnamayara@gmail.com

Marcela Dimenstein

Doutora pelo PPGAU/UFRN (2021). Mestre pelo PPGAU/UFPB (2014). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPB (2011). Atualmente é professora assistente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ e do Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP. É coordenadora do Projeto de Pesquisa Urbanismo Errante: Experiências da alteridade na cidade contemporânea desde 2016 e tem experiência na área de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em experiências urbanas desviantes na contemporaneidade e novos modos de apreensão da cidade.

Doctor by PPGAU/UFRN (2021). Master by PPGAU/UFPB (2014). Graduated in Architecture and Urbanism from UFPB (2011). He is currently assistant professor of the Architecture and Urbanism Course at the University Center of João Pessoa - Unipê and the Paraíba Higher Education Institute - IESP. She is coordinator of the Errante Urbanism Research Project: Experiences of otherness in the contemporary city since 2016 and has experience in theory and history of architecture and urbanism, with emphasis on deviant urban experiences in contemporary and new modes of apprehension of the city.

Doctora de PPGAU/UFRN (2021). Maestra de PPGAU/UFPB (2014). Graduada en arquitectura y urbanismo de UFPB (2011). Actualmente es profesor asistente del Curso de Arquitectura y Urbanismo en el Centro Universitario de João Pessoa - Unipê y el Instituto de Educación Superior de Paraíba - IESP. Es coordinadora del Proyecto de Investigación del Urbanismo Errante: experiencias de alteridad en la ciudad contemporánea desde 2016 y tiene experiencia en teoría e historia de la arquitectura y el urbanismo, con énfasis en experiencias urbanas desviadas en los modos contemporáneos y nuevos de aprehensión de la ciudad.

mmarcelad@gmail.com

Resumo

O Brasil é um dos países do mundo mais atingidos por inundações e enchentes, com um histórico recorrente de desastres. Aliado a isso, a obtenção de habitação está longe de ser uma realidade garantida para milhões de brasileiros, muito menos quando se pensa em moradias adequadas, fato que afeta principalmente as pessoas mais vulneráveis que acabam ocupando áreas não apropriadas para a moradia, como as áreas de risco ambiental. Este é o caso da Comunidade do Porto do Moinho, localizada na cidade de Bayeux – PB, que conta com aproximadamente 180 moradias autoconstruídas, muitas vezes de forma precária, não condizentes com uma vida digna. Desta forma, as famílias que ali ocupam, além de conviver diariamente com os riscos oferecidos por estas áreas, também convivem com contratempos como problemas estruturais, ergonômicos ou de conforto ambiental. O objetivo deste artigo é analisar as residências existentes e discutir a atual problemática do local, reconhecendo as tipologias das edificações e entendendo como esse espaço construído impacta na vida dos moradores. Este trabalho busca contribuir em pesquisas de esferas governamentais, relacionados ao espaço urbano e ambiente construído.

Palavras-chave: Áreas de risco. Déficit Habitacional. Autoconstrução. Tipologias.

Abstract

Brazil is one of the countries in the world most affected by floods and floods, with a recurring history of disasters. Allied to this, obtaining housing is far from being a guaranteed reality for millions of Brazilians, much less when thinking about adequate housing, a fact that mainly affects the most vulnerable people who end up occupying areas that are not suitable for housing, such as areas of environmental risk. This is the case of the Community of Porto do Moinho, located in the city of Bayeux - PB, which has approximately 180 self-built houses, often precariously, not consistent with a dignified life. In this way, the families that live there, in addition to living daily with the risks offered by these areas, also live with setbacks such as structural, ergonomic or environmental comfort problems. The objective of this article is to analyze the existing residences and discuss the current problem of the place, recognizing the typologies of the buildings and understanding how this built space impacts on the lives of the residents. This work seeks to contribute to research in government spheres related to urban space and the built environment.

Keywords: Risk areas. Housing Deficit. Self-construction. Typologies.

Resumen

Brasil es uno de los países del mundo más afectados por inundaciones e inundaciones, con un historial recurrente de desastres. Unido a esto, la obtención de vivienda está lejos de ser una realidad garantizada para millones de brasileños, mucho menos cuando se piensa en una vivienda adecuada, hecho que afecta principalmente a las personas más vulnerables que terminan ocupando áreas no aptas para la vivienda, como áreas de riesgo ambiental. Este es el caso de la Comunidad de Porto do Moinho, ubicada en la ciudad de Bayeux - PB, que cuenta con aproximadamente 180 viviendas autoconstruidas, muchas veces en forma precaria, no acorde con una vida digna. De esta forma, las familias que allí habitan, además de convivir a diario con los riesgos que ofrecen estas zonas, también conviven con contratiempos como problemas estructurales, ergonómicos o de confort ambiental. El objetivo de este artículo es analizar las viviendas existentes y discutir la problemática actual del lugar, reconociendo las tipologías de las edificaciones y comprendiendo cómo este espacio construido impacta en la vida de los residentes. Este trabajo busca contribuir a la investigación en esferas de gobierno relacionadas con el espacio urbano y el entorno construido.

Palabras clave: Zonas de riesgo. Déficit habitacional. Autoconstrucción. Tipologías.

Introdução

Atualmente, observa-se um aumento das ocorrências de desastres naturais em diversas cidades brasileiras que causam perdas de vidas e exposições de vulnerabilidades de ordem social e econômica. Segundo Freitas et al (2020), na maioria das vezes, as áreas mais afetadas por tais desastres são comunidades vulneráveis, instaladas em locais impróprios à moradia ou qualquer outra atividade. As ocupações em áreas impróprias ou de risco estão associadas diretamente ao déficit habitacional, que por sua vez está relacionado à ausência de políticas econômicas eficazes e socialmente comprometidas em relação ao planejamento urbano e habitação. Isso tem levado, historicamente, inúmeras famílias de baixa renda, que não têm acesso à moradia, a se alojarem em espaços impróprios e residir de forma precária.

A prática da autoconstrução tornou-se frequente entre a população menos favorecida economicamente, sendo uma alternativa à provisão de moradias nas periferias da cidade, uma vez que o baixo poder aquisitivo dos moradores não permite a contratação de profissionais da área da construção civil. É muito comum construir por conta própria sua moradia, utilizando seus próprios recursos e, em vários casos, mão-de-obra familiar, de amigos ou ainda contratada (NASCIMENTO, 2011). Contudo, a autora aponta que a ausência de assistência técnica ou a contratação de mão de obra desqualificada podem ser os principais responsáveis pelo baixo desempenho de grande parte das moradias autoconstruídas.

Essa realidade faz parte do dia a dia de mais de 8 milhões de brasileiros, segundo a pesquisa realizada pelo IBGE denominada “População em áreas de risco no Brasil” (IBGE, 2018). O estudo aponta que esse número só aumenta com o passar dos anos, em função da ausência de políticas públicas que regulem a informalidade da maior parte das construções no país e pela própria ação humana através das alterações climáticas e degradação do meio ambiente. Isso preocupa a principal instituição responsável pelo monitoramento destas áreas, a Defesa Civil, já que os riscos de desastres são cada vez mais altos, com consequências devastadoras, como foi o caso das catástrofes de Mariana e Brumadinho, ocorridas em 2015 e 2019, respectivamente, no estado de Minas Gerais.

Segundo a publicação no portal do Ministério do Desenvolvimento Regional, intitulada “O que caracteriza uma área de risco” (MDR, 2011), as mesmas são definidas como áreas suscetíveis à ocorrência de fenômenos ou processos naturais ou induzidos que causem acidente. Na literatura, há inúmeras possibilidades de definição do que vem a ser risco, porém, concordamos com Sampaio e Carpi Júnior (2007, p. 8) que “o risco se apresenta em situações ou áreas em que existe a probabilidade, susceptibilidade, vulnerabilidade, acaso ou azar de ocorrer algum tipo de ameaça, perigo, problema, impacto ou desastre”.

Sabemos que são os segmentos populacionais mais pobres que habitam as áreas de risco ambiental nas grandes metrópoles brasileiras, geralmente próximas a lixões, aterros sanitários, áreas inundáveis, etc. Essas áreas apresentam condições deficientes de higiene, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de deposição adequada dos resíduos sólidos, fatores que aumentam a exposição dos seus moradores a inúmeros problemas de saúde, perdas materiais e até da própria vida.

Diante da importância que a problemática vem alcançando em nível mundial, mais especificamente no cenário das cidades brasileiras, bem como dos desafios que implicam para os diversos setores da sociedade envolvidos no seu manejo e enfrentamento, desenvolvemos um estudo em uma comunidade localizada na região metropolitana de João Pessoa – Paraíba com o objetivo de conhecer a realidade

das moradias da Comunidade do Porto do Moinho, no município de Bayeux. Esta comunidade está localizada ao norte da cidade, parte em uma Zona Industrial (ZI1) e parte em uma Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEP 2), às margens do rio Paroieira e conta com aproximadamente 180 edificações. Neste artigo, pretendemos apresentar o resultado dessa aproximação com a referida comunidade, analisando as condições das moradias e os riscos associados à área pesquisada.

Populações em áreas de risco ambiental e déficit habitacional

As áreas de risco ambiental, como apontado anteriormente, são regiões que não deveriam ser habitadas, onde não são recomendadas construções de casas ou instalações, tendo em vista os perigos associados ao local. Contudo, segundo o IBGE (2018), o número de pessoas ocupando esses locais cresce a cada ano devido a questões sociais, econômicas e demográficas, dentre outros fatores, que contribuem para aumentar a vulnerabilidade e exposição da população aos desastres naturais (p. 6). Diante disto, conhecer as características da população e, conseqüentemente, das moradias nestas áreas é imprescindível para a adequada gestão dos riscos e da capacidade das respostas aos desastres de forma a reduzir os danos humanos, materiais e ambientais causados.

O aquecimento global e as mudanças climáticas afetam as cidades no mundo todo. O Brasil é considerado um dos países mais atingidos por fenômenos naturais relacionados a desastres por suas características e condições geoambientais e socioculturais. Os principais riscos naturais recorrentes estão associados a fenômenos morfodinâmicos, hidrológicos e climáticos, movimentos de massa, inundações e secas. Em países em desenvolvimento e periféricos como o Brasil, esses riscos naturais estão correlacionados ao crescimento urbano acelerado e desordenado, bem como, à degradação ambiental e a fragilidade da capacidade das pessoas mais pobres reagirem à falta de moradia (FREITAS et al., 2020). Atrelado a isso, o agravamento da crise econômica no país desde 2015 tem reduzido as alternativas habitacionais da população de mais baixa renda, que acaba ocupando as áreas geologicamente desfavoráveis, sem planejamento, infraestrutura e segurança (ALVALÁ; BARBIERI, 2017).

Nesse sentido, a ocupação irregular e desordenada de áreas de risco ambiental tem relação direta com o déficit habitacional no Brasil, o qual, segundo a Fundação João Pinheiro (2021), estava em 5,8 milhões de moradias, apresentando tendência de crescimento. De acordo com este documento, “déficit habitacional é um conceito que tem dado sustentação aos indicadores que buscam estimar a falta (déficit) de habitações e/ou existência de habitações em condições inadequadas como noção mais ampla de necessidades habitacionais. Déficit e inadequação habitacionais podem ser entendidos como a “falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo” e que, por algum motivo, não fornece” (p. 2). O déficit habitacional total se dá pela soma de cinco (sub)componentes: (i) domicílios rústicos; (ii) domicílios improvisados; (iii) unidades domésticas conviventes; (iv) domicílios identificados como cômodos; e, (v) domicílios identificados com ônus excessivo de aluguel urbano.

Com base nessa metodologia de cálculo do déficit habitacional e de inadequação domiciliar, a pesquisa revelou alguns dados devastadores: em 2019, no Brasil, 25,2% da população (1.482.585) estava em habitação precária; 23,1% (1.358.374) viviam em coabitação e 51,7% (3.035.739) da população tem um ônus excessivo

com o pagamento de aluguel. Além disso, o levantamento mostrou que esses dados pioraram entre 2016 e 2019; que as mulheres foram as principais responsáveis pelos domicílios caracterizados como déficit habitacional, já aproximadamente 62% das pessoas de referência no domicílio eram do sexo feminino; que o déficit habitacional está associado às faixas de renda na medida em que mais de 72% dos domicílios classificados como habitações precárias eram ocupados por pessoas que ganhavam até 1 salário mínimo.

Assim, o número de residências que apresenta algum tipo de inadequação chega a mais de 24,8 milhões, as quais não contemplam saneamento básico, abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação, coleta de resíduos sólidos, abastecimento de energia elétrica, além de inadequações edilícias, como a falta de espaço de armazenamento, ausência de banheiro, cobertura e piso inadequado, dentre outros problemas estruturais, ergonômicos e de conforto ambiental.

Com relação às regiões do Brasil, o Sudeste lidera os números mais altos, chegando a 2,173 milhões de domicílios, e em segundo lugar no ranking nacional está a região Nordeste, que apresenta um déficit de 1,709 milhões de domicílios, seguido pela região Norte com 678 mil domicílios, da região Sul com 605 mil domicílios e por fim, a região Centro Oeste com 490 mil domicílios. O estudo também aponta que nas regiões Norte e Nordeste, grande parcela do déficit habitacional está nas áreas rurais, que pode chegar a 27%. Já nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o déficit nas áreas urbanas chega a 90% (FJP, 2020). Nos quatro anos considerados pelo estudo, o número de casas desocupadas por conta do valor alto do aluguel no país saltou de 2,81 milhões em 2016 para 3,03 milhões em 2019.

Grande parte das pesquisas e discussões sobre essa problemática evidencia que há no Brasil uma má distribuição das moradias, em razão da atuação dos agentes do mercado privado, como também, o baixo poder aquisitivo do mais pobres não os permite ter acesso a uma moradia de qualidade. Contudo, sabemos que o problema do déficit habitacional no Brasil é um problema político e social histórico, que atinge as classes menos favorecidas dos grandes centros urbanos, que sempre houve muita resistência por parte das classes dominantes em relação ao desenvolvimento de políticas habitacionais e programas sociais de financiamento da casa própria, já que são os proprietários que concentram as moradias. Apenas em 2009 foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva na tentativa de diminuir o agravamento da situação habitacional no país e a segregação espacial da população de baixa renda para as áreas periféricas e pobres das cidades.

Há décadas que o tema desperta longos debates entre estudiosos e a indignação dos movimentos sociais de luta pela moradia (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). Sem espanto algum, os programas habitacionais até então estabelecidos pelo poder público não conseguem reverter o problema habitacional vivido pelos brasileiros desde o início do século passado. A habitação popular, por exemplo, tornou-se o que havia de mais deplorável em termos de arquitetura e urbanismo, com o tipo de padronização, conjunto de grandes dimensões em áreas periféricas longe dos centros urbanos, execução precária, ausência de participação do usuário, financiamento inacessível às faixas de menores renda. Neste contexto, a autoconstrução e a chamada “cidade informal” cresceram absurdamente nas grandes metrópoles brasileiras (NASCIMENTO; BRAGA, 2009).

Materiais e Métodos

Esse estudo refere-se a uma primeira aproximação exploratória à comunidade do Porto do Moinho realizada como parte das atividades desenvolvidas durante no último ano de graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo. O desenvolvimento de habilidades investigativas é parte fundamental do processo formativo, bem como da produção de conhecimento crítico e contextualizado. Ademais, é imprescindível para os novos profissionais que vão atuar em contextos extremamente desafiadores referentes aos problemas socioambientais e urbanos observados na atualidade nas cidades brasileiras.

Por se tratar de um estudo exploratório de abordagem qualitativa, ressaltamos que não houve preocupação inicial em cobrir todas as residências, nem obter números estatisticamente recomendáveis em termos de delineamento e representatividade amostral. Nosso interesse foi obter a colaboração do maior número de participantes possível visando levantar informações relevantes sobre as condições de vida na comunidade e das moradias. Assim, é um estudo que tem limitações e que requer novas inserções na área para futuras discussões.

Optou-se por realizar uma abordagem mista, através do levantamento de dados quantitativos sobre a comunidade, observação da realidade local, registro fotográfico e visita à comunidade, momento em que foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com alguns moradores locais. As visitas ocorreram entre outubro de 2021 e março de 2022, em horários diferenciados, as quais permitiram fazer o levantamento das tipologias das moradias existentes. A comunidade abriga cerca de 180 famílias. Foi possível entrevistar 21 famílias em diferentes residências de acordo com a disponibilidade dos moradores que se prestaram a colaborar com a pesquisa. O questionário versava sobre os seguintes aspectos: caracterização do público; condições habitacionais e condições de vida.

Resultados

Área de estudo

O município de Bayeux-PB apresenta um alto índice de déficit habitacional e grande presença da autoconstrução nos diversos exemplos de ocupações em áreas de risco existentes. Por estar inserida em uma região naturalmente ocupada por manguezais e mata atlântica (cerca de 60% do território), além de ser ocupada por grupos de populações ribeirinhas que sobrevivem da pesca artesanal, também é local de moradia de populações mais desfavorecidas economicamente [1] (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX, 2019).

Segundo o IBGE (2020), a população da cidade de Bayeux teve um aumento constante nas últimas décadas. Em 1970, a cidade possuía 35.464 habitantes e 6.545 domicílios, já em 2010, a cidade apresentava 99.716 habitantes e 27.934 domicílios. O município apresentou a maior proporção do estado da Paraíba de domicílios situados em comunidades, cerca de 9.300, o que corresponde a 33,1% dos imóveis existentes na cidade.

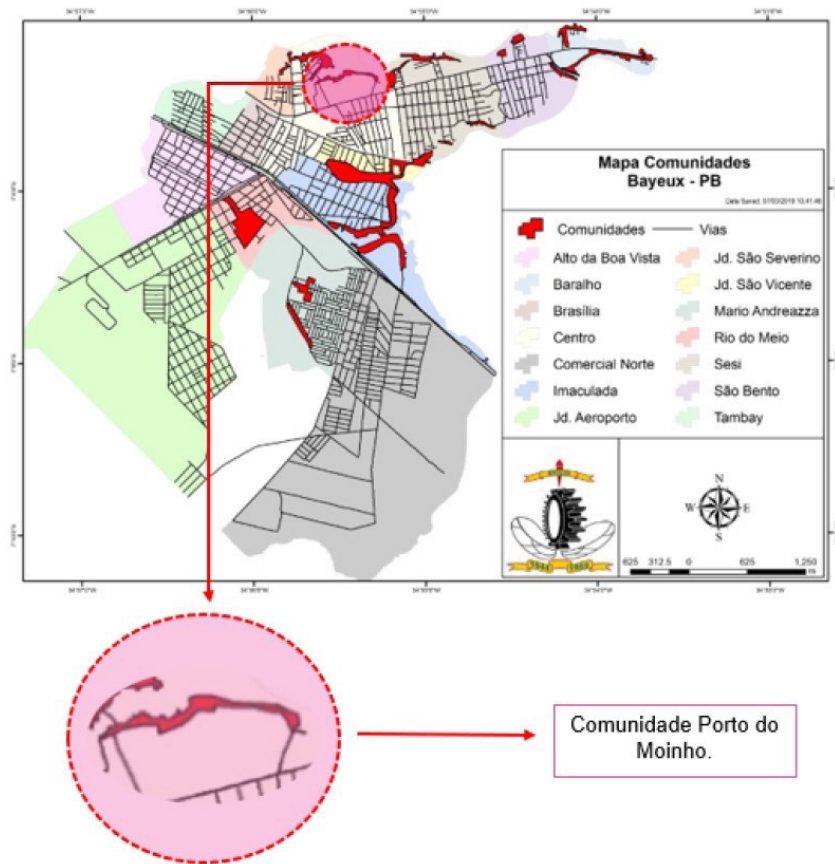


FIGURA 1 – Mapa da cidade de Bayeux com marcações nas comunidades existentes, sendo uma delas a comunidade objeto deste estudo.

Fonte: Prefeitura de Bayeux (2019), editado pela autora.

Apesar das legislações existentes sobre o uso e a ocupação do solo, as autoridades foram incapazes de impedir essas ocupações territoriais irregulares, e por isso, o município apresenta inúmeras instalações e aglomerados em áreas de preservação ambiental, deixando uma parcela significativa da população sob risco de inundações, desabamentos, transmissão de doenças infecto-parasitárias, contato com vetores da dengue, zika e chikungunya, de poluição por esgoto doméstico, acúmulo de lixo, dentre outros (LIMA, 2018; SUGAHARA et al., 2021).

Comunidade Porto do Moinho, Bayeux-PB.

Bayeux ao longo do século XX, assim como diversas cidades brasileiras, cresceu de forma rápida e desordenada, o que contribuiu para a formação de ocupações habitacionais em áreas de risco ou de preservação ambiental em seu território, é o caso da Comunidade Casa Branca, Porto da Oficina, Matadouro, Manguinhos, dentre outras. Algumas destas ocupações são de difícil acesso e, em períodos chuvosos, apresentam grandes riscos de enchentes e desmoronamentos.

A autoconstrução também se faz presente nessas comunidades. Apesar de não existir até o momento um número oficial acerca da quantidade dessas construções, empiricamente, ao se observar a cidade, nota-se o grande número de intervenções com indícios da autoconstrução, como a falta de recuos mínimos, problemas na execução da estrutura, obstrução do passeio público, material empregado de forma irregular e até mesmo o desperdício de materiais. Sabe-se também que a cidade possui um alto índice de ocupações irregulares devido ao crescimento populacional informal.

A Comunidade Porto do Moinho é uma comunidade linear localizada à beira do manguezal entre as margens do rio Paroeira, afluente do rio Paraíba e os muros de uma fábrica privada [2]. Esta fábrica que delimita a comunidade foi instalada em meados dos anos 1960, que coincide com o período de grande migração de populações do campo para a cidade no estado. Isso acelerou o processo de urbanização informal vivenciado pelas comunidades ribeirinhas, constituídas por pessoas que buscam sobrevivência através do próprio manguezal (LIMA, 2018).

Porto do Moinho está localizada em uma área de baixa visibilidade na cidade e de difícil acesso, longe do centro. Sua invisibilidade é ampliada por estar encoberta pela fábrica que ocupa uma grande extensão territorial em relação à comunidade, servindo de camuflagem para essa área bastante vulnerável da cidade. A rua que se estende ao longo da comunidade é chamada Rua do Porto do Moinho, tem um formato irregular que margeia o rio, é pavimentada com paralelepípedo rejuntado e não possui sistema de drenagem de águas pluviais.



FIGURA 2 – Comunidade Porto do Moinho entre galpões da fábrica e o rio Paroeira.

Fonte: Autora (2022)

A comunidade possui alguns itens básicos de infraestrutura que foram instalados de maneira formal e informal. A coleta de lixo é realizada por agentes de limpeza denominados “tombadores”, que transportam o lixo através de carros de mão até a Av. Liberdade, já que a entrada do caminhão da coleta pública não é possível devido à largura da rua do Porto do Moinho. O fornecimento de energia elétrica acontece através de instalação formal, pela própria concessionária de energia, mas também de maneira informal em uma pequena parcela de residências. Todo o fornecimento de água encanada é informal, não gerando fatura de consumo para os moradores. Um dos pontos mais problemáticos da comunidade é o quesito saneamento básico. Não existe contemplação de esgotamento sanitário, nem o uso de fossas e sumidouros. Desta forma, todo o esgoto produzido pelas casas é lançado diretamente no rio, contribuindo para uma poluição danosa para a população e para o meio ambiente.

O cenário de Porto do Moinho é, portanto, um exemplo do que comumente se observa na quase totalidade dos municípios brasileiros, especialmente, localizados nas áreas periféricas das grandes metrópoles. A falta de serviços básicos de saneamento, de

esgotamento sanitário, de coleta adequada de lixo, de oferta de água potável, de manejo de águas pluviais e de resíduos sólidos, dentre inúmeros outros problemas já bastante conhecidos e discutidos na literatura da área sobre os assentamentos precários, se associam diretamente à ausência e/ou descontinuidade de políticas públicas em diversos âmbitos no sentido de garantir o acesso universal a esses bens, a despeito de se tratar de um direito constitucional e de sua relevância decisiva para a saúde pública (BAYER et al., 2021).

Observa-se, dessa forma, que a comunidade em questão é resultante e sofre as consequências, por exemplo, do crescimento desordenado das cidades brasileiras, do déficit habitacional, dos processos de segregação espacial, da defasagem entre o crescimento da população e a capacidade dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Configura-se como um assentamento precário. Além disso, sofre os efeitos deletérios do descaso histórico do poder público em termos do reconhecimento desse direito de cidadania, sobretudo em áreas ocupadas pela população em situação socioeconômica mais vulnerável.

Muitos autores discutem os padrões de desigualdade e de discriminação na distribuição e acesso aos serviços públicos de saneamento no Brasil, entre as regiões do país, bem como entre “os grupos marginalizados, como comunidades rurais, pobres e a população residente em assentamentos informais, que sofrem mais do que outros grupos com a falta de tais serviços” (NAHAS et al., 2019, p. 2). As desvantagens associadas a essas desigualdades no acesso às adequadas condições de saneamento básico pelas populações mais vulneráveis, geralmente moradoras de assentamentos precários, pobres e pretas, favorecem a propagação de inúmeras doenças (SUGAHARA et al., 2021), reforçam a segregação socioespacial, reduzem as possibilidades de desenvolvimento e mobilidade social das pessoas, retroalimentam o ciclo de pobreza.

Caracterização das famílias e das moradias em Porto do Moinho

Das 21 famílias contatadas, somente duas estão na área desde a sua origem. Nove famílias residem na comunidade há cerca de 40 anos, quatro há 30 anos, três há 20 anos, três a cerca de 10 anos e apenas duas residem na comunidade há mais de 50 anos. Mais da metade das famílias entrevistadas (12) possuem renda de até 1 salário-mínimo, sete recebem menos de 1 salário-mínimo e somente duas recebem mais de 1 salário-mínimo, mostrando o cenário de dificuldades financeiras e de vulnerabilidade social em que vivem.

A maior parte das famílias (17) possui casa própria e quatro residem em moradias alugadas. Quanto ao número de moradores por habitação, observamos que oito famílias indicaram até 2 pessoas, sete até 4 pessoas, cinco famílias têm até 6 pessoas e apenas uma registra mais de 6 residentes na mesma moradia, evidenciando o problema da coabitação e do ônus com aluguel que atinge os moradores dos assentamentos pobres e precarizados.

Oito famílias foram residir no local através da indicação de familiares já moradores e seis migraram das áreas rurais do estado da Paraíba para a área urbana, motivadas por dificuldades financeiras. Apenas uma reside na comunidade devido à proximidade do trabalho aliada às questões financeiras. Grande parte (10) das residências já se encontrava construída por terceiros quando as famílias passaram a residir nas mesmas porém, foram realizadas algumas melhorias como reforma e construção de mais um pavimento.

Quinze moradias não possuem todos os cômodos básicos, com a falta de salas, quartos, cozinha e até mesmo de banheiros. Dentre essas, uma possui apenas 1 cômodo e outra 2 cômodos para todas as tarefas e necessidades básicas. Essas residências foram escolhidas para fazer parte das tipologias que foram selecionadas por se tratarem de situações de extrema precariedade. Pode-se observar que 13 dos 21 respondentes sentem a falta de iluminação e, principalmente, de ventilação natural no ambiente; cinco consideram normal o tipo de ventilação e iluminação existente na moradia e três não souberam analisar estes pontos. Este cenário conforma um quadro bastante problemático, configurando tais moradias como precárias, marcadas por “exíguos espaços, fragilidade dos elementos construtivos, condições inadequadas de ventilação, insolação e iluminação; baixa inserção de vias veiculares, bolsões impenetráveis e zonas isoladas” (LIMA; SOMEKH, 2013, p. 112).

Notamos que sete residências não possuem recuos por serem conjugadas ou terem seus fundos ocupados por outras casas geminadas, fazendo com que as residências fiquem completamente enclausuradas, com abertura somente para o acesso de entrada. Seis famílias responderam que possuem apenas o recuo lateral, cinco possuem recuo frontal e posterior, duas responderam que possuem todos os recuos e uma possui apenas recuo frontal.

Averiguamos que 14 das 21 moradias apresentam manifestações patológicas como fissuras nas paredes e infiltrações, mas sete moradores desconhecem essas patologias em suas residências. Mais da metade das famílias (11) classificam sua qualidade de vida como satisfatória em relação à moradia, levando em consideração o fato de possuírem casa própria na comunidade. Entretanto, oito famílias fazem uma avaliação menos satisfatória, afirmando que moram na comunidade apenas por questões financeiras e duas não souberam avaliar sua qualidade de vida em relação às suas moradias.

É evidente que a avaliação das condições de vida e de moradia por parte da população de assentamentos precários não pode ser analisada de forma apartada dos mecanismos de naturalização da pobreza e das desigualdades sociais que são parte das estratégias de ocultação das injustiças sociais e da negação de direitos em nosso país. Daí a importância de estudos que visam, consoante as discussões de Lima e Somekh (2013), contribuir para dar visibilidade à problemática.

A seguir, apresentaremos mais detalhadamente as tipologias encontradas na comunidade de Porto do Moinho.

Levantamento das moradias e suas tipologias

A Comunidade do Porto do Moinho é composta predominantemente por residências e edificações de usos misto (residências e pequenos comércios), térreas, apresentando uma tipologia simples. Por ser bastante densa, não há espaço para se expandir horizontalmente, logo, é possível encontrar algumas edificações que se expandem de forma verticalizada através da criação de novos pavimentos.

A partir da observação e análise espacial da comunidade, percebemos que todas as edificações existentes no local são caracterizadas pela autoconstrução em alvenaria. Contudo, elas possuem diferentes características, o que nos permitiu classificá-las em 4 diferentes tipologias [3]: A) Padrão simples, térrea, com apenas uma porta e uma janela na fachada frontal, com ou sem recuos laterais; B) Padrão simples, térreo, com porta e janela na fachada principal ou portão com garagem, revestimento na fachada ou recuos laterais e frontais; C) Padrão médio, térreo + 1, sem revestimento ou reboco, com ou sem recuos e “varandinhas”; D) Padrão médio alto, térreo + 1, com revestimento, recuos ou “varandinhas”.



FIGURA 3 – Tipologias.

Fonte: Ferramenta QGIS, elaborado pela autora (2022).

De acordo com a figura 3, é possível observar uma predominância das tipologias de padrão simples presentes nos grupos A (n = 78) e B, sendo este último a tipologia com a maior quantidade (n = 98). Existem 7 exemplares de residências do grupo C e apenas 3 residências do grupo D. A figura 4 mostra exemplos destas tipologias.



FIGURA 4 – Exemplo das tipologias A, B, C e D, respectivamente.

Fonte: Autora (2022).

Devido ao local ser caracterizado pela Prefeitura de Bayeux como uma área de risco em situação de invasão, não foi possível realizar a contagem da quantidade de lotes em relação à quantidade de moradias. Não se trata de uma área loteada, mas uma área tida como imprópria, que ao longo dos anos foi sendo habitada de forma espontânea, seguindo o traçado existente e os espaços disponíveis. Sendo assim, o estudo aqui apresentado se baseia em levantamentos in loco e auxílio de mapas da prefeitura e do Google Earth.

Intencionando uma melhor compreensão do espaço construído da comunidade, foram selecionados quatro exemplares (02 da tipologia A e 02 da tipologia B) para realização de uma análise mais aprofundada. Para isto, foi necessário o levantamento de medidas e relatório fotográfico interno das moradias com autorização dos moradores.

Tipologia A

As duas primeiras residências a serem analisadas pertence ao grupo A, ou seja, padrão simples, térrea, com apenas uma porta e uma janela na fachada frontal, com ou sem recuos laterais. Observa-se que as mesmas fazem parte de um conjunto de casas geminadas que se utilizam do muro da fábrica que permeia a comunidade.

Analisando as plantas baixas é possível observar que a primeira residência [5] apresenta 3 cômodos: 1 quarto, 1 cômodo multiuso e 1 banheiro, somando um total de 8,75m². A residência abriga 1 morador em regime de aluguel. O levantamento aponta a ausência de cômodos básicos como sala, cozinha e área de serviço, bem como de um quintal. A mesma também não possui recuos e a sua única forma de obter ventilação e iluminação natural é através das aberturas existentes da fachada principal. A pequena dimensão dificulta a circulação e a realização de outras atividades como assistir TV. Também foram vistos alguns problemas relacionados à autoconstrução, tais como a localização da porta de entrada da residência e a localização da bacia sanitária em relação ao chuveiro. O morador relatou que se sente bem em morar na comunidade, mas que reside ali apenas por questões financeiras, já que esta não atende suas necessidades básicas.

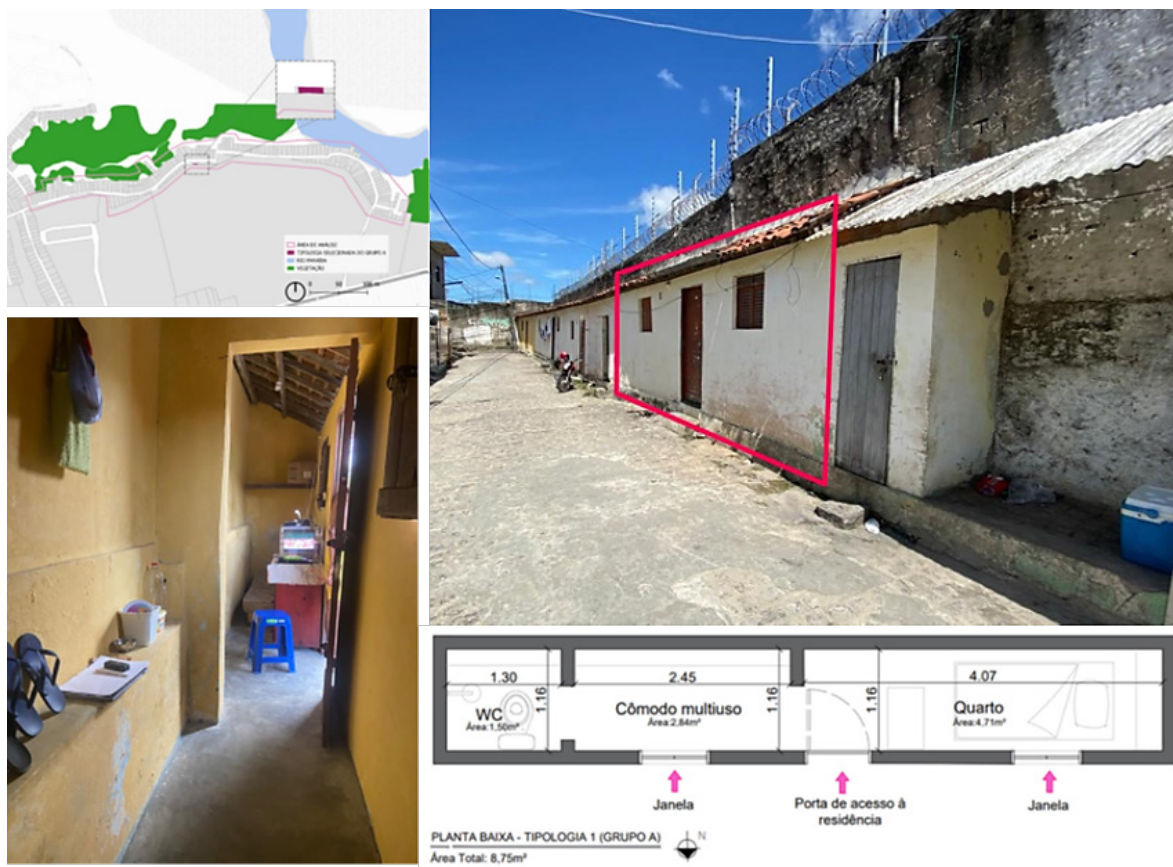


FIGURA 5 – 1º exemplo analisado da tipologia A.

Fonte: Autora (2022).

A segunda residência [6] apresenta apenas 1 cômodo multiuso já que o mesmo é utilizado como quarto, cozinha e também como banheiro, como foi relatado por uma das moradoras. A área total da residência é de 7,50m² tendo como profundidade 1,50m. A residência abriga 2 moradores em regime de aluguel. Fica evidente que a moradia não possui nenhum cômodo básico como sala, banheiro, cozinha e área de serviço, o que implica em dificuldades na realização de diversas atividades cotidianas. A mesma

também não possui recuos, pois além de estar inserida junto ao muro da fábrica, foi instalada entre os pilares robustos deste muro. Sua única forma de obter ventilação e iluminação natural é através das aberturas existentes na fachada principal. Uma das moradoras relatou que reside nesta “mini” residência apenas por questões financeiras, mas que esta não atende as suas necessidades básicas, principalmente em relação à falta de banheiro que gera inúmeros transtornos no seu dia a dia.

As duas residências apresentam diversas patologias como trincas e fissuras nas paredes ocasionadas pelo recalque do muro da empresa. As instalações elétricas e a cobertura apresentavam bom estado, porém, foram encontrados problemas de infiltrações nas paredes com a presença de eflorescência, principalmente no banheiro, devido à ausência de revestimento. Além de não possuir revestimento na área molhada, as residências também não possuem piso cerâmico, sendo no estilo antigo de cimento queimado artesanal.



FIGURA 6 – 2ª exemplo analisado da tipologia A.

Fonte: Autora (2022).

Tipologia B

As duas últimas residências a serem analisadas pertencem ao grupo B, ou seja, padrão simples, térreas, com porta e janela na fachada principal, recuos laterais e frontais. Observa-se que as duas estão localizadas às margens do manguezal e são edificações que possuem forma regular e os seus lotes vão do limite da rua Porto do Moinho até o rio. A primeira residência [7] apresenta 7 cômodos: sala, 03 quartos, cozinha,

circulação e banheiro. A área total da residência é de 43,40m² com profundidade de 12m. Abriga 06 moradores, sendo o imóvel próprio.

Apresenta os cômodos básicos de uma residência, muito embora não estejam nas dimensões recomendadas. Possui todos os recuos, pois não se trata de uma moradia conjugada e ainda quintal que se volta para o manguezal. As formas de obtenção da ventilação e iluminação natural se dão através das suas aberturas, principalmente através das janelas laterais que estão voltadas para ventilação sudeste (direção dos ventos no estado da Paraíba).

A moradora relatou que se sente bem em morar na comunidade, já que reside há quase 20 anos e se sente adaptada ao local, porém, sua qualidade de vida em relação à sua moradia não é satisfatória.



FIGURA 7 – 1ª exemplo analisado da tipologia B.

Fonte: Autora (2022).

Já a segunda residência [8] apresenta 4 cômodos: sala, 01 quarto, cozinha e banheiro. A área total da residência é de 17,00m² com profundidade de 6,10m. A residência abriga 02 moradores, sendo o imóvel próprio.

Em relação à quantidade de cômodos básicos, a mesma atende, em parte, a este quesito, embora não seja nas dimensões recomendadas. Estes cômodos apresentam ausência de itens essenciais como fogão, pia na cozinha, cadeiras para a mesa, sofá e um dos únicos móveis existentes encontra-se suspenso por tijolos como prevenção em caso de enchentes. A residência possui todos os recuos, pois não se trata de uma moradia conjugada e possui quintal que se volta para o manguezal. As formas de obtenção da ventilação e iluminação natural se dão apenas através das suas aberturas

na fachada frontal e posterior, pois, apesar de a residência possuir todos os recuos não existem esquadrias laterais, reduzindo a entrada da ventilação e iluminação interna.

Sobre os fatores ergonômicos, todos os cômodos apresentam circulação inadequada para suas atividades, como a distribuição da bacia sanitária em relação ao chuveiro, de acordo com a planta baixa. A sala também é utilizada para mais de uma atividade, sendo depósito de material reciclável e dormitório do segundo integrante do imóvel.

As duas apresentam patologias que impactam na vida dos habitantes da residência, como problemas nas estruturas das paredes por serem paredes antigas com reboco de barro, trincos e até mesmo fendas na parede da sala. As instalações elétricas e hidro sanitárias estão em estado precário, a coberta de madeira também em estado precário e há ausência de reboco nas paredes. Os pisos encontram-se em um tipo de contrapiso sem nenhum acabamento, que reflete os danos das enchentes que ocorrem nas tipologias que margeiam o manguezal. As residências também apresentam ausência de portas nos quartos.

Por fim, a moradora relatou que se sente bem em morar na comunidade e possui ótima relação com a vizinhança, já que reside nela há quase 30 anos e se sente adaptada ao local. Porém, sua qualidade de vida em relação a sua moradia é precária, indicando que já solicitou diversas vezes auxílio governamental em busca de uma reforma, mas nunca obteve este benefício.

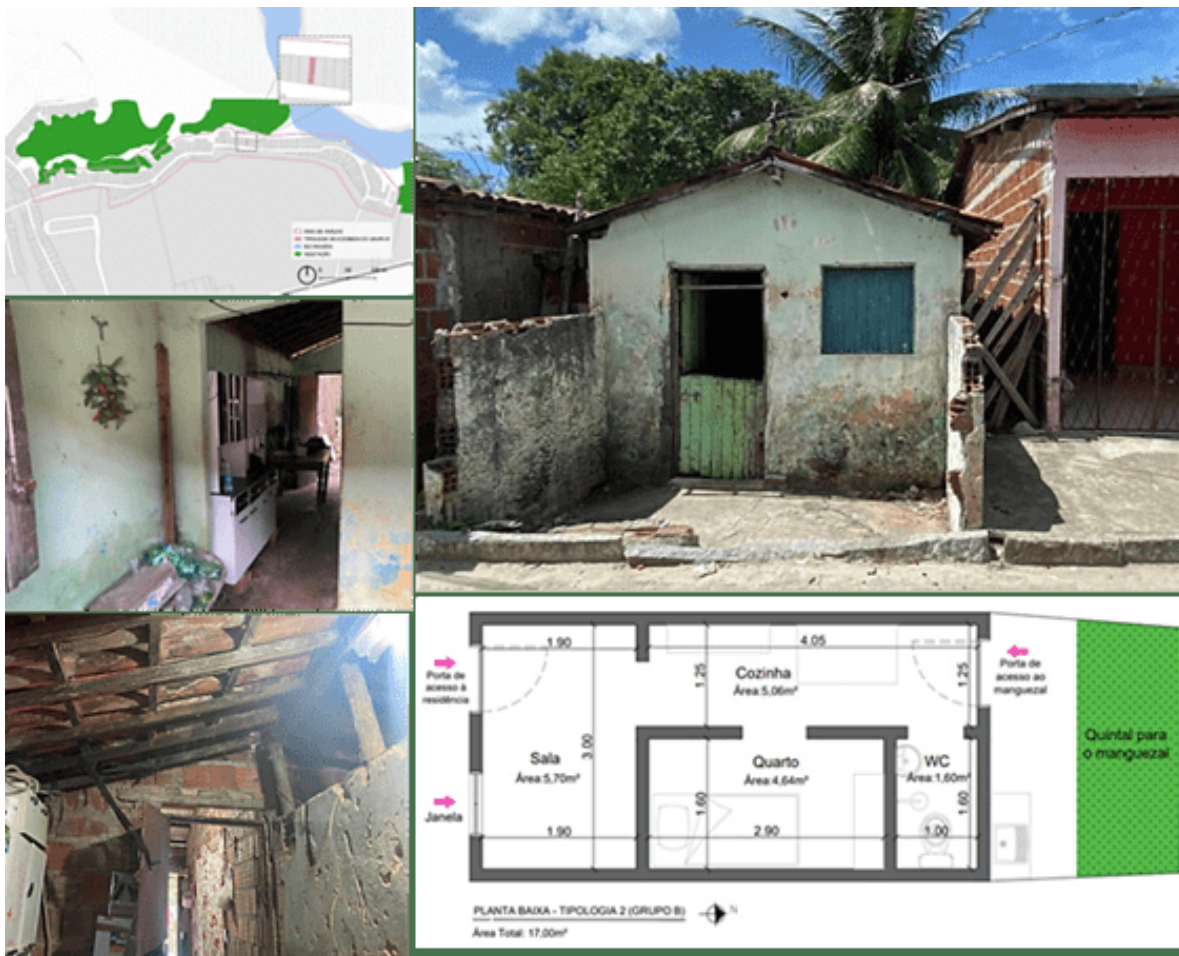


FIGURA 8 – 2º exemplo analisado da tipologia B.

Fonte: Autora (2022).

Considerações Finais

Diante dos resultados apresentados é possível afirmar que a comunidade é fruto das ocupações irregulares, tal como a maioria dos assentamentos dessa natureza no país. Seus moradores são oriundos, principalmente, das áreas rurais que vêm em busca de trabalho, sem condições mínimas de sobrevivência e sem recursos financeiros suficientes para ocupar outros espaços mais adequados da cidade. Muitos garantem sua sobrevivência e das famílias através do próprio manguezal e vivem ainda em condições financeiras precárias com baixos rendimentos.

A realidade encontrada nesta comunidade reflete a condição de vida e moradia de diversas outras comunidades no Brasil, uma vez que tratamos de um país periférico, com altos índices de déficit habitacional e com um grande número de famílias de baixa renda que se apoderam da autoconstrução em áreas desprivilegiadas ou impróprias para a construção da cidade como resposta a essa incapacidade de adentrar no mercado imobiliário formal.

A comunidade Porto do Moinho revela a capacidade inventiva no construir e criatividade nas estratégias de sobrevivência das famílias de produzir suas moradias dentro das suas limitadas condições, seja em termos dos espaços internos das residências, seja em relação ao manguezal que se transforma em quintal, ou mesmo em relação aos materiais e estruturas empregadas nas edificações, já que utilizam muros de outras edificações para originar outras pequenas habitações. Todas as residências foram autoconstruídas de acordo com o traçado e os espaços disponíveis dentro da comunidade.

Através do levantamento físico e fotográfico foi possível catalogar quatro tipologias de residências que representam o perfil do morador e sua situação financeira. Algumas delas apresentavam revestimentos e outras não tinham nem ao menos reboco. Isso mostra as desigualdades existentes entre os próprios habitantes do local e das condições habitacionais. Ao partir para as análises internas das tipologias escolhidas foi possível observar que muitas famílias residem de forma precária, algumas delas sem os cômodos básicos ou com dimensões inadequadas, com presença de patologias e problemas estruturais, risco de inundações, falta de conforto ambiental, dentre outros problemas, evidenciando que embora estas famílias possuam uma moradia, a mesma não pode ser considerada adequada, já que não atende aos requisitos mínimos.

Sabendo que boa parte das residências pertence aos próprios moradores, é possível afirmar que a análise da qualidade de vida pelos moradores associa-se ao fato de terem a casa própria, e que os problemas enfrentados por eles são minimizados por não terem que arcar com o custo com o aluguel, mas isso não diminui o desejo de migrar para um lugar apropriado, desde que também seja próprio. Tal aspecto nos remete ao problema do direito à moradia digna e adequada que é desafiadora tanto no meio acadêmico, quanto para a sociedade em geral, já que enfrentamos um cenário de precariedade e desigualdades nas condições habitacionais vividas por muitos brasileiros, que não lhes permitem acessar esse direito de cidadania, nem usufruir de moradias que sejam compatíveis com sua dignidade de seres humanos.

Referências

ALVALÁ, R.; BARBIERI, A. **Desastres Naturais**. In: NOBRE, C.; MARENGO, J. (org.). *Desastres Naturais e Mudanças Climáticas em Rede: um olhar interdisciplinar*. São José dos Campos: INCT, 2017. Disponível em: <https://mudarfuturo.fea.usp.br/wp-content/uploads/2018/02/Livro_Mudan%C3%A7as-Clinaticas-em-Rede_eBook-Conflito-de-codifica%C3%A7%C3%A3o-Uunicode.pdf>. Acesso em 10 dez. 2022.

BAYER, N. M.; URANGA, P. R. R.; FOCHEZATTO, A.. **Política Municipal de Saneamento Básico e a ocorrência de doenças nos municípios brasileiros**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 13, p. e20190375, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20190375>>. Acesso em 10 dez. 2022.

FREITAS, D. R. et al. **Áreas de risco e desigualdades sócios territoriais em São José dos Campos – um estudo de caso a partir dos loteamentos Águas de Canindú I e II e Chácaras Havaí**. Acta Geográfica, v. 14, n. 35, p. 64-88, 2020. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/5863>>. Acesso em 30 dez. 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO E CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (FJP/CEI). **Relatório Déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: FJP, 2020. Disponível em: <<http://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>>. Acesso em 10 dez. 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil**. Principais resultados para o período de 2016 a 2019. Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1MgenDRYIfH10aYirjRYIKwJGHwIxulGq/view>>. Acesso em 30 dez. 2022.

IBGE. **População em áreas de risco no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacaoareasderisco/>>. Acesso em 10 dez. 2022.

LIMA, M. L. C. C.; SOMEKH, N. **Análise urbanística e diagnóstico de assentamentos precários: um roteiro metodológico**. Ambiente Construído, v. 13, n. 1, p. 109-127, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-86212013000100008>>. Acesso em 10 dez. 2022.

LIMA, Y. E. S. P. **A implementação de zeis em áreas de preservação no município de Bayeux- PB e suas implicações socioambientais**. João Pessoa, 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13016>>. Acesso em 10 dez. 2022.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Habitação, 2010. Disponível em: <https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Habitacao/Material_de_Apoio/PLANONACIONALDEHABITAO.pdf>. Acesso em 10 dez. 2022.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Caracterização de uma área de risco**. 2021. Disponível em: <<https://antigo.mdr.gov.br/desenvolvimento-regional-e-urbano/acoes-e-programas-sndru/136-secretaria-nacional-de-programas-urbanos/prevencao-e-20erradicacao-de-riscos/1872-o-que-caracteriza-uma-area-de-risco>>. Acesso em 10 jan. 2023.

NAHAS, M. I. P. et al. **Desigualdade e discriminação no acesso à água e ao esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 4, p. 1-17, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00100818>>. Acesso em 10 dez. 2022.

NASCIMENTO, D. M. **A autoconstrução na produção do espaço urbano**. In: MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. M. (org.) *Estado e capital imobiliário: convergências*

atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2011. p. 217-230. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/praxis/textos/capitulo_jupira.pdf>. Acesso em 10 dez. 2022.

NASCIMENTO, D. M.; BRAGA, R. C. Q. **Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida?** Risco. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, n. 9, p. 98-109, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44765>>. Acesso em 10 jan. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX. **Código de Urbanismo**. Bayeux: Secretaria de Planejamento e Controle Interno, 2007. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/ExperienciasEstados/Bayeux_Anexo03PB.pdf>. Acesso em 10 jan. 2023.

SAMPAIO, R.; CARPI JÚNIOR, S. **Risco Ambiental: Conceitos e Aplicações**. Climatologia e Estudos da Paisagem, v. 2, n. 2, p. 50-87, 2007. Disponível em: <https://ctec.ufal.br/professor/elca/Risco_Ambiental_Conceitos_e_Aplicacoes.pdf>. Acesso em 25 dez. 2022.

SUGAHARA, C. R. et al. **Saneamento básico em tempos de pandemia de COVID-19 no Brasil**. Geoambiente On-line, n. 41, p. 22-36, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/geoambiente/article/view/68723>>. Acesso em 15 dez. 2022.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma **online** a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 10/02/2023

Aprovado em 28/06/2023